

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DR. JUIZ PRESIDENTE DA ___ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO.

Processo n.º

NOME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ - _____, com sede na Rua _____, n.º _____, bairro, cidade, UF, representada neste ato por seu representante legal Nome, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____.____.____ - __, residente e domiciliado na Rua _____, n.º __, bairro, cidade, UF, por seu advogado infra-assinado, vem à presença de V. Exa, apresentar a presente

CONTESTAÇÃO

em face de Nome, brasileiro, solteiro, profissão, portador do RG n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____.____.____ - __, residente e domiciliado na Rua _____, n.º __, bairro, cidade, UF, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS

1 - Alega o Reclamante que trabalhou para a Reclamada, exercendo a função de _____, tendo sido admitido em __/__/____ e dispensado em __/__/____;

2 - Que o Reclamante fora transferido em caráter provisório para a filial da empresa situada em _____.

Todavia, a bem da verdade, não tem razão o Reclamante, pois este realmente fora transferido para a filial da empresa em _____, como alegado na petição inicial. Entretanto em não em caráter temporário, como alega, e sim em situação permanente. Tal fato assertiva pode ser comprovada rapidamente através do aditamento do pacto laboral do Reclamante, no qual consta expressamente sua transferência como sendo definitiva para a filial localizada no interior do Estado.

Sendo assim, por ser apoiada em fatos inócorrentes, a presente reclamação trabalhista não deve prosperar nem subsistir, como a seguir será demonstrado.

DO DIREITO

A CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, em seu art. 469 e seus parágrafos, dispõem:

“Art. 469. Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.
(...)”

§2.º É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

§ 3.º Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, não obstante as restrições do artigo anterior, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.”(grifo nosso).

Como indubitavelmente determina a lei, o adicional somente é devido enquanto durar essa situação. Ora, tal expressão condiz perfeitamente com a idéia de transitoriedade, de forma que, tornando-se a transferência definitiva, como ocorreu e pode-se verificar nos documentos anexos (doc. n.º _____), não será devido ao empregado nenhum adicional.

Quanto à transitoriedade nossos tribunais tem se posicionado:

(adicionar julgados)
(_____)

Ainda, em elucidativo magistério de Francisco Antônio de Oliveira em Consolidação das Leis do Trabalho comentada, 2.ª ed., RT, 2000. p. 366, que:

“(...) o empregador deverá efetuar o pagamento do adicional enquanto durar a transferência provisória.”

O Reclamante alegou que voltou a trabalhar na matriz da reclamada em __/__/____, ou seja, 1 (um) ano após ser transferido para a filial no interior. Ocorre que tal situação decorreu em razão do encerramento das atividades nesta filial (doc. n.º _____), decisão

tomada no correr deste ano que se segue. Ao Reclamante foram dadas duas opções, sendo a primeira de desligamento do quadro de funcionários ou a transferência definitiva para a matriz em Pindamonhangaba. Tal alegado, pode-se provar através do aludido aditamento do pacto laboral do Reclamante (doc n.º _____).

Sendo assim, pode-se concluir que o Reclamante não possui razão, não tendo como companheira a verdade dos fatos.

DO PEDIDO

Diante do exposto, vem o Reclamado requerer:

1 - Seja a presente Ação Reclamatória julgada totalmente improcedente, por não estar alinhada com a verdade.

2 - Seja condenando o Reclamante como litigante de má-fé, devendo este arcar com o pagamento das custas processuais e demais cominações de legais.

3 - Protesta pela produção de provas por todos os meios admitidos em direito.

Nestes termos

Pede deferimento

Cidade, ____ de _____ de 20__.

Assinatura

Nome do Advogado

Oab